

Mulher e literatura

Sumário

- Apresentação
- Introdução
- Mulheres e escrita: dos diários íntimos às livrarias
- O conceito de gênero
- Mulher e literatura
- A literatura de autoria feminina no Brasil
- Literatura de autoria feminina no Paraná
- Considerações finais
- Referências

Maristela Scremin Valério



Apresentação

O e-book objetiva apresentar alguns recortes teóricos que embasam a crítica literária feminista contemporânea, proporcionando aos leitores compreender a relação histórica entre mulher e literatura e a recepção das obras escritas por mulheres pela crítica tradicional e os esforços empreendidos por décadas para o desenvolvimento de uma crítica feminista.

O material é um recorte adaptado da minha dissertação de mestrado intitulada *Faces da feiura na literatura paranaense*, defendida em 2014, na qual estudei como a literatura escrita por mulheres e apresenta uma subversão dos papéis de gênero.

Para melhor aproveitamento da leitura, clique nos links e aprofunde-se nos temas.

Introdução

Até o início do século XX, eram escassos os registros dos feitos de mulheres em sua atuação no espaço público. Durante séculos, as mulheres ficaram relegadas ao espaço privado, aos cuidados do lar e dos filhos e pouco aparecem nos registros históricos oficiais. Mesmo as mulheres que quebraram paradigmas e tiveram atuação importante na política, nas guerras, nas artes, na literatura e em outros espaços tiveram sua história apagada ou diminuída. Foi somente a partir da dé-



cada de 1970, com o aumento do número de mulheres ocupando as cadeiras das universidades, nos postos de alunas e professoras, que a história das mulheres começou a ser recuperada.

A historiadora Michelle Perrot fez parte desse movimento e hoje é conhecida por suas pesquisas acerca da história das mulheres. Perrot dedicou-se a estudar o silenciamento que recaiu sobre o gênero feminino por tanto tempo, especialmente no campo da escrita e a mostrar a importância do resgate histórico.

Perrot (2008) afirma que o advento da história das mulheres deu-se na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos idos dos anos 60 e na França uma década depois. Contribuíram para isso, diferentes fatores científicos, sociológicos e políticos. Por volta da década de 1970, há uma renovação das questões ligadas à crise dos sistemas de pensamento. A história se alia à antropologia e redescobre a família. Natalidade, nupcialidade, idade de casar e mortalidade são estudadas e as mulheres passam, então, a ser consideradas sujeitos da história.

Da mesma forma como os relatos de mulheres acerca do mundo eram escassos, Perrot (2005) destaca que os discursos sobre as mulheres e a proliferação de imagens sobre elas eram abundantes. A historiadora afirma que “[...] desde a origem, é a tomada de palavra e vontade de representação das mulheres.” (Perrot, 2005, p. 232) e isso implica “[...] inevitavelmente, chocar-se contra este bloco de representações que as cobre” (Perrot, 2005, p. 11).



Como a história oficial privilegia o espaço público e os documentos oficiais, foi difícil encontrar marcas deixadas por mulheres. Além disso, o costume de adotar o sobrenome do marido após o casamento prejudicou o trabalho dos pesquisadores, pois contribuiu para apagar o elo formal que poderia ser estabelecido entre mulheres da mesma linhagem.

O que dizer então da literatura, espaço categoricamente masculino? Muitas autoras precisaram usar pseudônimos masculinos para publicar seus escritos, como é o caso da inglesa Mary Shelley, autora do clássico da ficção científica *Frankenstein*, publicado em 1818. No Brasil, há exemplo de escritoras que escreveram obras icônicas para a sua época e que somente tiveram reconhecimento da crítica há pouco tempo, como é o caso de Maria Firmina dos Reis, autora de *Úrsula*, o primeiro romance abolicionista do Brasil, publicado pela primeira vez em 1859 e que, na época, não teve o reconhecimento merecido da importância que tem dentro da história da literatura brasileira. A obra ganhou visibilidade nas últimas décadas após o árduo trabalho de resgate realizado pela crítica feminista e pela crítica étnico-racial, devido ao pioneirismo no âmbito das narrativas da diáspora e da escrita de autoria feminina negra.

Para a pesquisadora Luiza Lobo, a exclusão da mulher do mundo da escrita se dá por essa relação de alteridade, na qual o homem é o padrão e a mulher é “[...] o outro, o excluído, o estranho.” (Lobo, 1999, p. 5), sendo somente possível introduzir-se na história da literatura eurocêntrica e ocidental “[...] através de arestas e frestas que conseguiu abrir através de seu aprendizado de ler e escrever em con-



ventos” (Lobo, 1999, p. 5). Além disso, questões mais pragmáticas influenciaram a discrepância. No Brasil, a educação das mulheres só foi permitida legalmente em 1827, pela Lei Geral do Ensino, de 5 de outubro, porém, ficava restrita às escolas femininas, que tinham uma grade escolar voltada especialmente ao ensino de atividades consideradas tipicamente femininas ou ao ensino técnico de normalista. Foi apenas em 1971, com a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*, que os currículos foram equiparados.

Dessa forma, a crítica feminista possui papel importante para a construção de uma epistemologia feminista, para que o mundo seja pensado não apenas pelo viés da masculinidade, contribuindo para a conquista da igualdade entre os gêneros.

Saiba mais sobre as obras de Mary Shelley e de Maria Firmina dos Reis, acessando os *links*:



Conheça a história por trás da criação de *Frankenstein*



A prosa de Maria Firmina dos Reis no século XXI



Mulheres e escrita: dos diários íntimos às livrarias

Para entender a história das mulheres no campo literário é preciso lembrar que a história das mulheres, assim como dos grupos minorizados, encontra-se nos registros da vida doméstica e íntima. É possível encontrar a história das mulheres em arquivos policiais e judiciais, nas correspondências, diários íntimos e nas raras autobiografias. Esses textos, de caráter intimista e pessoal, são registros importantes que auxiliam os historiadores a compreender a socialização e a vida das mulheres nos séculos passados, pois neles elas expõem, abertamente e sem ressalvas, seus sentimentos, visões de mundo e impressões. Escrever um diário era uma prática bastante difundida, inclusive recomendado pela Igreja como forma de autocontrole e exercício de consciência. Geralmente ligado ao espaço do quarto de meninas, a escrita do diário é interrompida com o casamento. Preservá-los era mais difícil e a maioria era destruída por puro desinteresse dos herdeiros e negligência com a opinião das mulheres da família. Muitas mulheres destruíram os diários para evitar virar alvo de zombarias após a morte, principalmente quando havia passagens que pudessem macular sua honra.

Já a correspondência é um gênero predominantemente feminino. Geralmente são as mulheres que escrevem cartas da família para parentes distantes, marido na guerra ou filhos em colégios internos. Escrevem também para as amigas ou para os namorados.



Quanto às autobiografias, há poucas escritas por mulheres, pois a maioria acreditava que sua história não seria interessante o bastante para ser contada perante as façanhas obtidas pelos homens. As que foram escritas falam dos grandes homens que a mulher encontrou na vida ou das revoluções do seu tempo.

As primeiras escritas de mulheres estavam geralmente relacionadas à religião, ao misticismo, à oração e à poesia. Os conventos e os salões, os claustros e as conversações foram ambientes propícios para a leitura e escrita. Tanto que, no final do século XVIII, as mulheres são mais cultas do que os homens, que gastam a maior parte do seu tempo na guerra. Segundo Perrot, alguns gêneros textuais são particularmente pertinentes, entre eles destacam-se “[...] os livros de cozinha, de *savoir-vivre* (a baronesa Satff, foi autora, em 1899, do *Guide des usages du monde*, de pedagogia, a imprensa de moda, os romances, que despertavam o desejo das mulheres” (Perrot, 2008, p. 32).

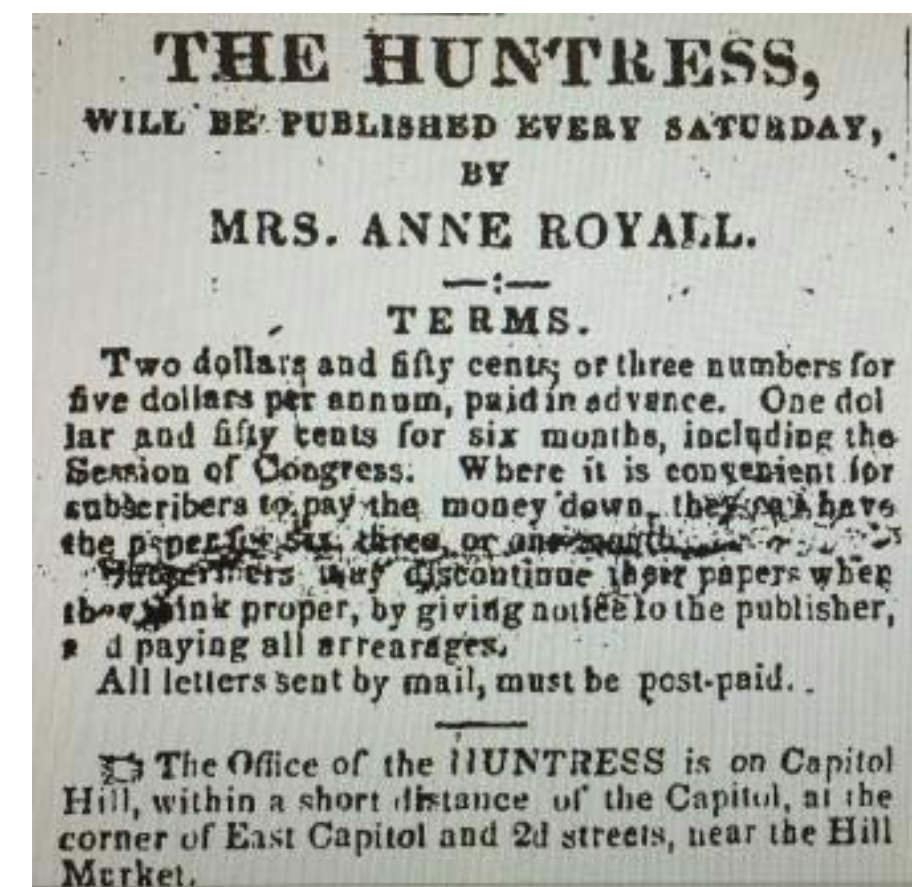
Na imprensa feminina, são os folhetins e as colunas que chamam a atenção das leitoras ávidas. No século XVIII, nasce a imprensa especializada feminina que, no início, tem como autores principalmente os homens. Porém, aos poucos, as mulheres vão se infiltrando e ganham terreno. Os temas principais são moda, ensinamentos de cozinha, narrativas de viagens e biografias de mulheres ilustres, principalmente santas e rainhas. Há conselhos para que as jovens estudem outra língua, pois a tradução é uma ocupação aceitável para as mulheres da época.



As revistas femininas crescem consideravelmente nos séculos XIX e XX. Impulsionadas pelo crescente capitalismo, se configuram em boas maneiras de divulgar ideias e produtos, principalmente na área de eletrodomésticos. Outras revistas, como *Marie Claire*, por exemplo, é uma das pioneiras na defesa dos anticonceptivos e do exercício da sexualidade feminina, através dos conselhos dados no correio sentimental.

Já a imprensa feminista também teve um crescimento significativo. Cientes do poder da imprensa, muitas mulheres utilizaram o espaço para reivindicar o direito ao trabalho, à igualdade de salários e o direito ao voto. Aos poucos, as mulheres conquistam uma nova profissão: o jornalismo.

Figura 1 - Jornal *The Huntress* de Anne Royal em 1836, denunciava corrupções políticas em Washington



Fonte: Library of Congress.



O conceito de gênero

No livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, a filósofa Simone de Beauvoir escreveu uma frase que se tornou célebre: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. A obra é considerada um marco para a epistemologia feminista, pois, a partir dela, houve uma compreensão de que os comportamentos tidos como femininos ou masculinos não são determinados pela biologia, mas pela socialização de meninos e meninas.

Os estudos de gênero ganharam força na década de 1970. Para Teresa de Lauretis (1994), o fato de nascer com a genitália feminina ou masculina não define comportamentos sociais, mas o engendramento social ao qual o indivíduo será sujeito. Um exemplo simples: ao saber que a criança esperada no útero da mãe é menina, a identidade do bebê, que ainda não nasceu, começa a ser construída pelos pais, que compram roupas na cor rosa, decoram o quarto com flores e bonecas. Ao nascer, a menina estará engendrada a um espaço em que tudo remete à imagem que a sociedade tem de feminilidade. A educação será direcionada para que tenha comportamentos delicados, seja emotiva e aspire ser como as mulheres que a circulam no seu “gêndre”. Segundo Lauretis (1994), gênero é diferente de sexo. O segundo é uma condição natural e biológica, enquanto o primeiro está relacionado “[...] à representação de cada indivíduo em termos de uma relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição conceitual e rígida dos sexos biológicos (Lauretis, 1994, p. 22).



Com o passar do tempo, o conceito de gênero é revisto entre as teóricas, pois é uma limitação, quase uma deficiência do pensamento feminista. Ora, se existe um gendre que une todas as mulheres, é preciso considerar que nem todas as mulheres são iguais, nem todas vestem rosa ou gostam de poesia e que nem todas brincaram de bonecas durante a infância. Considerar as particularidades de cada grupo social no qual as mulheres estão inseridas é importante para definir que não existe um feminismo, mas feminismos e que não há um arquétipo único de mulher, mas múltiplas mulheres socializadas em diferentes meios, nos quais as expectativas de gênero também são diferentes.

Para Lauretis (1994), após compreender a posição da mulher nos campos sociais e políticos não há como retornar à crença de que ser mulher está relacionado somente às questões biológicas. Sendo assim, Lauretis (1994) afirma que o gênero não está na corporeidade, não é biológico ou determinado, mas que é fruto de uma tecnologia social.

Lauretis (1994) elenca quatro proposições acerca do gênero. A primeira é que o gênero é uma representação, o que não significa que não tenha bases no real e concreto; a segunda é que a representação do gênero é a sua própria construção; a terceira afirma que a construção do gênero se efetua hoje, tempo da sociedade imagética, no mesmo ritmo que se construía nos períodos passados; a quarta propõe que a construção do gênero também se faz pela desconstrução, como nos discursos feministas, por exemplo.



A pesquisadora afirma que essa construção da identidade feminina está diretamente ligada à tecnologia do gênero, que seriam aparelhos que direcionam os comportamentos ideológicos. Além dos aparelhos ideológicos de Estado, descritos por Althusser, a mídia e as próprias relações entre as mulheres são os determinantes dessa tecnologia de gênero. Assim, antes mesmo da mulher nascer, ela já está engendrada em uma rede que lhe mostrará o que significa ser mulher e nesse gendre, ela passará a representar o papel de mulher e ser representada por ele.

Para a pesquisadora Margareth Rago (1994), não é a mulher como ser biológico, que deve ser tomada como ponto de partida para as reflexões teóricas, mas a construção social e histórica acerca da feminilidade. Para isso, Rago defende uma epistemologia feminista, na qual os conhecimentos são produzidos a partir de uma ótica feminista, baseando-se nas diferentes experiências do ser mulher.

Dessa maneira, conclui-se que os estudos de gêneros não se pautam no entendimento das mulheres enquanto seres biológicos e estudam os fatores culturais, sociais e históricos que constroem o feminino e as relações entre homens e mulheres. A partir dessa premissa, os estudos de gênero visam compreender e desconstruir discursos e comportamentos que promovem a desigualdade entre homens e mulheres, contribuindo para a luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade entre os gêneros.



Mulher e literatura

No campo literário, as tensões identitárias sempre estiveram presentes na escrita das mulheres sendo que, muitas vezes, a própria formação da identidade feminina está relacionada à literatura. De acordo com a pesquisadora Cecil Jeanine Zinani (2006), isso se dá porque as transformações sociais e as mudanças pessoais são perpassadas pelo discurso, que cria normas e modelos de linguagem que atravessam as redes de dominação.

Zinani afirma que a constituição do sujeito feminino é um “[...]processo com raízes históricas que implica transformações relevantes na sociedade, uma vez que a mudança da mulher acarreta modificações nos papéis sociais que deixam de ser fixos e definidos, tornando-se abertos e indeterminados” (2006, p. 49). Prova disso é que, com as conquistas feministas, o papel da mulher, dentro das Ciências Sociais, na Arte, na Literatura e na História passou por grandes transformações e revisões históricas, o que levou ao surgimento de uma crítica feminista, na qual a voz das mulheres é ouvida e o discurso patriarcal é desconstruído. A partir do momento em que a nova ordem social é representada na literatura, converte-se em elemento político, contribuindo para a transformação dos sistemas de poderes.

Sendo assim, o objetivo da crítica feminista é definir o sujeito mulher e verificar as práticas culturais pelas quais se apresenta e é apresentado e reconhecer as marcas de gênero que especificam os modos de ser masculino e feminino e as representações na literatura. Isso é feito por duas maneiras: a primeira, a crítica de



feição feminista, reflete sobre as especificidades do feminino e responde às diferentes perguntas suscitadas pelo texto, feitas por mulheres leitoras ou escritoras. A segunda, denominada ginocrítica, refere-se à mulher como escritora e procura investigar a produção literária, preocupando-se em identificar a especificidade dos escritos das mulheres, destacando as caracterizações das personagens femininas, as estruturas narrativas que determinam seu destino e o papel do narrador como instância enunciativa.

A crítica feminista considera que a literatura produzida por mulheres constitui um modelo polifônico, uma vez que contém duas histórias: uma dominante e outra silenciada. Por isso, impõe um duplo esforço de decodificação, uma vez é necessário realizar a leitura do dito e do não dito, para que o sentido latente do texto seja viabilizado.

Para a pesquisadora Lucia Zolin (2012), os inúmeros debates, promovidos desde a década de 1970, acerca do espaço relegado à mulher na sociedade, transformam sua condição subjugada.

Trata-se de tentar romper com os discursos sacralizados pela tradição, nos quais a mulher ocupa, à sua revelia, um lugar secundário em relação ao lugar ocupado pelo homem. Tais discursos não só interferem no cotidiano feminino, mas também acabam por fundamentar os cânones críticos e teóricos tradicionais e masculinos que regem o saber sobre a literatura. (Zolin, 2012, p. 108)



Dessa maneira, Zolin (2012) salienta que a considerável produção de autoria feminina publicada à medida que o feminismo foi conferindo à mulher o direito de falar, surge imbuída da missão de contaminar os esquemas representacionais ocidentais, construídos a partir da centralidade de um único sujeito (homem, branco, bem situado socialmente), com outros olhares, posicionados a partir de outras perspectivas.

Sobre o tema da escrita de mulheres, a pesquisadora Lucia Castello Branco define dois critérios essenciais para a análise. O primeiro diz respeito às temáticas, que giram, normalmente, em torno do corpo, da infância, da casa e da maternidade. São raras as obras que tematizam os negócios, a vida urbana, as guerras ou um mundo exterior ao eu, o que é explicado por uma análise sócio-histórica, especialmente em se tratando dos textos escritos no século XX, pois as obras refletem o confinamento das mulheres à vida doméstica.

O segundo ponto está relacionado à forma como escrevem, “[...] na inflexão da voz, na respiração em geral simultaneamente lenta e precipitada, no tom oralizante de sua escrita.” (Castello Branco, 1991, p. 14). Há uma inserção do corpo no discurso, que se expõe e é representado por meio das palavras. Porém, Castello Branco ressalta que essa característica da escrita feminina também é encontrada em muitos autores homens, como Marcel Proust, James Joyce e Guimarães Rosa, embora esteja presente com muito mais frequência na escrita de textos de mulheres.

É preciso considerar que, ao entrar no universo da escrita, as mulheres entram em um universo masculino, com regras criadas por eles e que, ainda hoje, tangem o modelo de escrita e ditam as normas do mercado editorial. Assim, as primei-



ras escritoras tiveram o papel de encontrar uma maneira própria de expressar a sua participação dentro do universo hostil. Mesmo hoje, com todas as discussões acerca do tema, as mulheres ainda continuam lutando por mais espaço na literatura. De acordo com Rago, ao se questionarem a respeito das técnicas e modos de produção de si, no campo das artes, as mulheres visam uma maneira de libertarem seus corpos e psiques da colonização patriarcal, promovendo novas formas de resistência e de construções da subjetividade.

Zolin (2009) destaca que um dos papéis da crítica foi o resgate de obras de escritoras negligenciadas por muito tempo, o que contribui para a construção de uma crítica literária mais ampla. Isso porque as mulheres sempre escreveram, porém suas obras foram relegadas ao esquecimento ou a um lugar secundário no cânone. A crítica feminista desempenhou uma função importante ao recuperar as obras e fazê-las emergir, reinterpretando-as e revisando os mecanismos dos pressupostos teóricos que as marginalizaram, colocando em evidência suas marcas e peculiaridades (Zolin, 2009, p. 329).

A elaboração de uma crítica feminista culminou na definição do que é a escrita feminina e se deve aos avanços do feminismo e no resgate de escritoras que ficaram esquecidas pelo cânone. A ideia que predomina é que não existiram ou não existem muitas mulheres escritoras no Brasil. Porém, ao fazer uma pesquisa mais aprofundada, percebe-se um número maior do que o esperado. Além disso, o resgate das obras proporciona uma visão mais ampla da sociedade da época em que estão inseridas, com fatos, muitas vezes, negligenciados pelos homens.



A literatura de autoria feminina no Brasil

Na literatura, a tomada da palavra e a preocupação com a representação feminina se estabelecem, desde o princípio, como os baluartes da crítica feminista. Institucionalizada na academia no início da década de 1970, junto com o desenvolvimento da escola crítica e do fortalecimento do movimento feminista, a crítica feminista contribui para a desestabilização da ideia tradicional de um cânone literário formado exclusivamente por homens brancos ocidentais de classes econômicas abastadas. Dito isso, compreende-se porque, mesmo quando vencidas as barreiras do patriarcado, as mulheres escritoras acabam nas margens, assim como todos os outros escritores não integrantes dessa elite, como as minorias étnico-raciais, homossexuais e outras.

Especificamente no campo da literatura, a crítica literária feminista contribui para a quebra do silêncio a respeito das mulheres escritoras e de muitos estereótipos referentes às representações femininas. Descrita por Eliane Showalter como um território selvagem (Showalter, 1994, p. 24), a crítica feminista caminha no sentido de desbravar esse território ao tentar “[...] responder perguntas suscitadas pelo texto, agora feitas por mulheres, tanto autoras como leitoras.” Dessa maneira, é possível compreender que “[...] o processo de emancipação intelectual da mulher passa pela reorientação da história e da interpretação literária, tanto revisando a organização do cânone como verificando as vozes excluídas” (Zinani, 2006, p. 20).



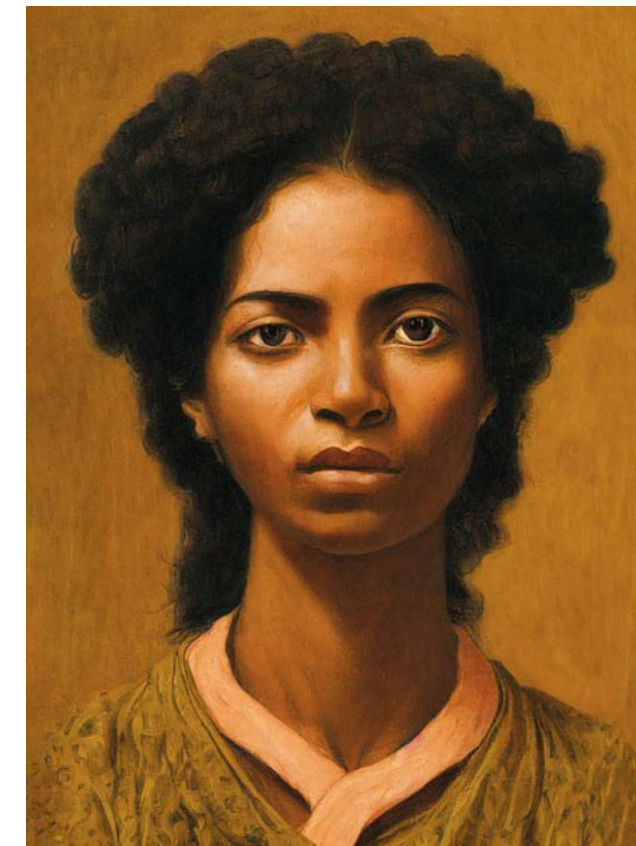
O papel da crítica literária feminista no Brasil se centrou em duas frentes. Primeiro, no resgate da produção literária de mulheres, que culminou por encontrar inúmeras obras escritas por mulheres no século XIX, que foram relegadas ao silenciamento por serem consideradas inferiores aos padrões dos cânones masculinos. Na sequência, e concomitante a este trabalho de resgate, a crítica também se dedicou ao revisionismo, desconstruindo uma suposta neutralidade na construção do saber.

Nesse sentido, ao agrupar inúmeras obras que abrangem décadas e se dedicar a uma leitura crítica delas, tendo em vista os contextos em que foram escritas, a crítica feminista consegue perceber padrões que se repetiam em determinadas obras. De acordo com Eliane Showalter, a tradição literária de autoria feminina é dividida em três fases. A fase feminina, a primeira, caracteriza-se pela repetição e internalização dos valores sociais vigentes, com obras que não deslocam a mulher dos modelos padrões. A segunda fase, chamada de feminista, é aquela em que as reivindicações do feminismo norteiam as obras, com as escritoras questionando os padrões e panfletando em favor de seus direitos e dos direitos das minorias. A terceira, denominada fase fêmea, diz respeito ao processo de autodescoberta da mulher e aos questionamentos a respeito de sua identidade, caracterizando-se por um grande volume de obras de caráter psicológico e intimista.



Segundo Zolin (2009), no Brasil, a fase feminina tem como marco inicial a publicação de *Úrsula*, em 1859, de Maria Firmino dos Reis e termina em 1944, com *Perto do coração selvagem*, de Clarice Lispector. A fase feminista contou com a participação de inúmeras escritoras que tinham como foco a ruptura com os modelos vigentes e o questionamento das relações de gênero. A partir dos anos 1990, o discurso arraigado sobre as questões de gênero não é necessariamente mais o foco principal das obras das escritoras e se inicia um período em que as narrativas se voltam mais para a (re)construção de identidades femininas em meio às mudanças da sociedade na qual muitos direitos das mulheres já haviam sido conquistados, inaugurando assim a fase fêmea da literatura brasileira.

Figura 2 - Maria Firmino dos Reis e Clarice Lispector



Fontes: Editora Mondru e Wikipedia.



Conforme Zolin (2007), é possível destacar também, nas narrativas mais recentes, um novo momento da produção literária feminina no Brasil, no qual “[...] os textos vão se revestindo com outra roupagem: as relações de gênero não mais ocupam o centro dos enredos, tampouco o posto do/a protagonista é reservado a personagens femininas mergulhadas em problemas existenciais advindos da opressão milenar conferida à mulher” (Zolin, 2007, p. 54).

No final do século XX, um importante passo para o estudo de obras escritas por mulheres foi o reconhecimento da literatura de autoria feminina como um objeto legítimo de pesquisa dentro da academia brasileira, com a criação do Grupo de Trabalho “A mulher na literatura”, junto à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística - Anpoll, em 1984. Porém, o efeito que as discussões e delimitações acadêmicas provocam nas escritoras é ainda bastante controverso. Muitas afirmam, em entrevistas, não gostarem de ser lidas e estudadas dentro de um nicho de mulheres, pois entendem que, assim, estão segmentadas, distanciadas de uma suposta literatura de caráter universal.

Saiba mais sobre a história do movimento feminista no Brasil e a relação com a literatura:



“Não devemos nada ao feminismo”? | A história do feminismo no Brasil



Literatura de autoria feminina no Paraná

De acordo com a pesquisadora Nírcia Teixeira (2008), o movimento feminista e, conseqüentemente, a inserção das mulheres nas Letras, no estado do Paraná, aconteceu apenas na virada do século XX. Antes disso, pouco se questionava sobre o fato de a mulher ser considerada inferior ao homem. A figura mais importante do feminismo paranaense foi Mariana Coelho que expôs as ideias em várias obras, sendo a mais conhecida delas *A evolução do feminismo*, no qual a autora se propôs a compilar teses e feitos femininos em diversas áreas, que de uma forma ou outra demonstravam a superioridade feminina.

Mais tarde, em 1975, foi criado em Londrina o jornal Brasil Mulher, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia, publicado por ex-presas políticas. Este movimento é relevante por ter sido a primeira estrutura pública e oficial contra a ditadura militar.

Em 1985, criou-se no estado o Conselho da Condição Feminina, o resultado do avanço da luta das mulheres pela democracia. O movimento tinha o objetivo de discutir e pressionar medidas que garantissem os direitos das mulheres. Porém, muitas das propostas ficaram à mercê do desinteresse do poder público.

No início do século XXI, no Paraná, de acordo com Teixeira (2008) destacaram-se algumas lideranças emancipacionistas, como Wilma Araújo Kael, membro do Fórum Popular de Mulheres e da União Brasileira de Mulheres; Paula Goto, fundadora da União Brasileira de Mulheres, Sara Cavalcanti, da União da Juventude Socialista e a primeira mulher da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas.



Concomitantemente a todos esses movimentos, a literatura no Paraná também ganha com as mudanças que aos poucos ocorreram na mentalidade do estado em relação às mulheres. Porém, as próprias características econômicas e culturais do estado foram fatores que deixaram as mulheres longe do universo das Letras. Na pesquisa, Teixeira destaca que o comportamento da mulher paranaense está atrelado às origens agrárias do estado, no qual a mulher está relegada ao ambiente doméstico e de recato. Mesmo nas famílias que compõem as classes alta e média, as mulheres recebem uma educação voltada para o casamento, normalmente em escolas religiosas.

Nesse cenário, para que as mulheres se destaquem no campo da escrita é necessário um esforço ainda maior. Mesmo assim, alguns nomes sobressaem, como é o caso de Julia da Costa, no final do século XIX. Poeta romântica, viveu um drama ao seu tempo: foi obrigada a se casar com um homem que não amava e como forma de rebeldia prometeu manter-se virgem após o casamento. Sua obra é reflexo da desilusão amorosa que sofreu.

No século XX, o maior destaque feminino da literatura paranaense é Helena Kolody, nascida em 1912. Foi uma das precursoras do haicai, no estado do Paraná e a obra é ainda hoje celebrada pela brevidade reflexiva.

Outra escritora importante é Alice Ruiz. Também adepta dos haicais e compositora, tem mais de 50 músicas gravadas por parceiros e intérpretes e lançou o primeiro CD em 2005. Além disso, a autora já publicou 15 livros, entre poesia, traduções e história infantil.



Atualmente, inúmeras escritoras atuam na cena literária paranaense, embora a maioria delas seja desconhecida, o que se deve especialmente ao fato de não haver espaço para a publicação e falta de remuneração para o ofício. Segundo Teixeira (2008), esse fato decorre da colonização tardia do interior do Paraná, que se deu por volta de 1960, com a produção de café. Nesse contexto, “[...] numa sociedade agrária, a educação da mulher sempre foi colocada em segundo plano e a exclusão da mulher no cenário literário paranaense pode ser constatada pelo pequeno número de mulheres na Academia Paranaense de Letras. (Teixeira, 2008, p.71).

Quer conhecer mais escritoras paranaenses? O Centro de documentação de literatura de autoria feminina paranaense (CEDOC-LAFEP), é um projeto desenvolvido por pesquisadores paranaenses que catalogaram obras e biografias de escritoras do estado do Paraná. O objetivo do projeto é divulgar e resgatar a produção literária feminina do estado e fornecer dados para futuros pesquisadores sobre o tema.



**Centro de documentação de literatura de
autoria feminina paranaense - UEM**



Considerações finais

A crítica literária feminista tem um papel importante ao dar voz às escritoras do presente e do passado, destacando as particularidades das obras e a importância que têm ao representar o mundo por um viés não patriarcal e hegemônico e de resgatar obras que foram relegadas ao ostracismo por não se enquadrarem no modelo dominante da época.

Ao fazer isso, a crítica feminista denuncia e reduz a desigualdade de gênero no campo da produção literária, que ainda é uma ferida da sociedade. Aos poucos, os cenários mudam e é possível vislumbrar um futuro de mais igualdade e valorização do trabalho literário das mulheres.





Referências

CASTELLO BRANCO, Lucia. **O que é escrita feminina**. São Paulo, Brasiliense, 1991.

LAURETTIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LOBO, Luiza. A dimensão histórica do feminismo atual. In: RAMALHO, Cristina (org.) **Literatura e feminismo: propostas teóricas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: Elo, 1999. p.41-50.

PERROT, Michele. **As mulheres ou o silêncio da história**. São Paulo, Edusc, 2005.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**. Campinas. Unicamp. 2013.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: romance brasileiro por uma maranhense. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. São Paulo: Hedra, 2013.

SHOWALTER, Eliane. A crítica feminista no território selvagem. In: Heloísa Buarque (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 23-57.

TEIXEIRA, Nínia Cecília Ribas Borges. **Escrita de mulheres e a (des)construção do cânone literário na pós-modernidade**: cenas paranaenses. Guarapuava: EDUNI, 2008.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Literatura e gênero - A construção da identidade feminina**. Caxias do Sul: ECS, 2006.

ZOLIN, Lucia Osana. Literatura de autoria feminina. IN: ZOLIN, Lucia Osana; BONNICI, Thomas. **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências. 3ª ed. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

ZOLIN, Lucia Osana. **Pós-modernidade e literatura de autoria feminina no Brasil**. Disponível em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19188/10176>. Acesso em: jun. 2024.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Mulher e literatura – Maristela Scremin Valério

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Cláudia Maris Tullio
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Denise Cristina Holzer
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhadt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Volkan Vardar/Pexels
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones

08/2024